

É VIÁVEL O FEMINISMO NOS TRÓPICOS? RESÍDUOS DE INSATISFAÇÃO – SÃO PAULO, 1970*

Albertina de Oliveira Costa

Da Fundação Carlos Chagas

RESUMO

O estudo das relações de gênero tem hoje legitimidade inquestionável. O exame do papel desempenhado pelo movimento social das mulheres, no processo de diferenciação da nova área temática, suscita a interrogação a respeito do porquê da Universidade não ter se constituído num dos campos de batalha prioritários para as pesquisadoras feministas, e remete para a discussão da natureza híbrida do feminismo brasileiro.

SUMMARY

Gender relation studies are by now unquestionably legitimate. By investigating the role of women's social movements in the process of constituting this new subject area a question arises: why University was not chosen as a major battlefield by feminist researchers. This leads to the discussion about the hybrid nature of Brazilian feminism.

* Uma versão preliminar desse texto foi apresentada à 11ª reunião da ANPOCS em 1987. O texto faz parte de um projeto mais amplo em realização na Fundação Carlos Chagas, com financiamento da Fundação Ford, sobre "O processo de institucionalização dos estudos sobre mulher no Brasil", em colaboração com Carmen Barroso e Cynthia Sarti, a quem agradeço por comentários e sugestões.

Foi o movimento social das mulheres que forneceu as bases de legitimação para a construção de uma problemática científica concernente à mulher e posteriormente ao gênero, ou seja, as relações sociais entre os sexos. O emergir de uma nova área de estudos tem no feminismo seu parâmetro simbólico.

Uma visão panorâmica da produção científica brasileira sobre o tema, no período 1975-1984, permitiu constatar que a demarcação desta área de estudo foi sendo estabelecida sobretudo pela perspectiva – compartilhada pelos(as) estudiosos(as) do tema – de recuperar a presença das mulheres na história e no mundo social e de suplantar o viés sexual imperante nas diferentes abordagens científicas (Costa et al., 1985). Visando abordar de um ângulo novo esse processo de diferenciação de um campo de pesquisa, quisemos retrair as relações entre as instituições do saber reconhecido e o movimento social, tais como vistas por seus protagonistas, ou melhor, tais como seus protagonistas, mais de 10 anos passados, narram tê-las vivido.

Realizamos entrevistas com mulheres que participaram ativamente nesse processo durante a década de 70, tanto no espaço acadêmico como fora dele. Todas universitárias, com formação em Ciências Humanas: Ciências Sociais, Psicologia, Pedagogia, Economia e História, campo onde parece terem se recrutado preferencialmente tanto feministas como futuras especialistas. Todas feministas públicas e notórias, embora algumas só tenham assumido ou se convertido a essa condição tarde nos anos 70. Escolhemos nossas entrevistadas, 10, não só pelo papel de destaque que desempenharam no desenvolver da cena, como pela diversidade das posições que ocupavam e das opiniões que sustentavam¹.

Buscamos encontrar indícios que nos permitissem discutir interpretações, escritas, como a de Goldberg², que apontam esse processo como um período de idílio entre pesquisadoras e militantes, assim como testemunhos (menos identificáveis) que rememoram um clima de hostilidade entre feministas e acadêmicas; pensávamos poder recuperar as tensões atrás do idílio ou a aliança subjacente às escaramuças.

Buscávamos, também, entender por que as mulheres de formação universitária, sensibilizadas pelas idéias feministas, ao contrário de suas congêneres americanas, não elegeram a Academia como um de seus campos de batalha prioritários, embora tenham lutado pelo reconhecimento da legitimidade de seu objeto de estudo. Como pano de fundo paira a questão: por que um feminismo tão bem comportado? Onde está a explicação para o fato de que algumas dessas mulheres que foram tão radicais em suas vidas e em suas opções políticas tenham sido tão pouco ousadas, tão respeitadas de limites e prioridades em termos de feminismo?

AO SABOR DOS ACONTECIMENTOS

“O campo dos estudos sobre mulher se constituiu, na maioria das vezes, de modo empírico, ao sabor dos acontecimentos, com feições de circunstância, sem grande preocupação com definições teóricas” (Farge, 1983).

Qual era o gosto dos acontecimentos no Brasil do início dos anos 70? Regime autoritário em compasso de

milagre econômico, reforma universitária e pico de repressão. A expansão da economia entreabrindo possibilidades de ascensão profissional para um setor educado e qualificado das camadas médias, que é ao mesmo tempo rigidamente cerceado, inclusive em matéria de oportunidades ocupacionais, em suas veleidades dissidentes, pelo aparato repressivo. Este setor forma no campo da esquerda. É neste terreno que estão germinando as feministas, no campo da esquerda, tomado aqui em sua acepção mais ampla e fluida de oposição ao regime. E como cabe fazer perguntas sobre o que não foi, mas poderia ter sido, um desafio que precisa ser enfrentado é o de indagar por que no Brasil o novo feminismo não se apresentou em suas duas feições clássicas: a libertária radical e a igualitária liberal. A unanimidade oposicionista certamente contribuiu para tornar pardos todos os gatos. A luta contra a ditadura, mínimo denominador comum, agiu no sentido de diluir diferenças e impedir uma autonomização maior de diferentes tendências.

Não temos ilusões sobre a representatividade da nossa amostra de entrevistas. Mas, significativamente, todas as nossas entrevistadas se declararam de esquerda, tivessem tido ou não uma participação em partidos ou organizações de esquerda ou mesmo no movimento estudantil³. A evolução do movimento feminista no Brasil só poderá ser plenamente entendida quando for adequadamente situada no contexto da história dos partidos de esquerda e dos dilemas enfrentados pela intelectualidade de esquerda. Infelizmente não tivemos ainda acesso aos documentos escritos que permitiriam retrair os posicionamentos das feministas em germe perante a discussão travada no seio da esquerda, como fez Rowbotham (1981) para a Grã-Bretanha.

O clima inicial da década de 70 é dado pelo fracasso da luta armada e pelo aniquilamento feito com som e fúria de seus participantes. Embora a luta armada não preenchesse todo o espaço da atuação política (nem mesmo

1 Eis a relação das entrevistadas: *Betty Mindlin* – antropóloga, pesquisadora da FIPE/USP; *Carmen Barroso* – professora do Deptº de Sociologia, FFLCH/USP e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas; *Célia Sampaio* – socióloga, diretora do Logos, escola de 2º grau; *Eva Blay* – socióloga, professora titular do Deptº de Sociologia, FFLCH/USP, coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Relações Sociais de Gênero; *Heleieth Saffioti* – socióloga, professora titular aposentada do ILCSE/UNESP Araraquara; *Iara Areias Prado* – professora de História ocupando alto posto na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo; *Maria Malta Campos* – educadora, professora do Deptº de Educação/PUC-SP, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas; *Maria Lygia Q. Moraes* – socióloga, professora do ILCSE/UNESP Araraquara; *Maryse Egger Moellwald* – Oboré Consultoria, assessora da Secretaria Estadual do Menor do Estado de São Paulo; *Walnice Nogueira Galvão* – crítica literária, professora titular do Deptº Teoria Literária e Literatura Comparada, FFLCH/USP.

2 Nesse texto abordamos questões analisadas com acuidade e proficiência por Anette Goldberg (1982a e b, 1986).

3 As três que declararam um engajamento em partidos de esquerda se tornam militantes feministas depois de 1975; uma esteve presa durante todo o ano de 1971, a outra foi presa mais tarde e ficou detida por um período menor, a terceira, viúva de um militante morto no Brasil, passou 7 anos no exílio, regressando em 1975.

à esquerda), ela veio a ocupar um lugar central no imaginário da esquerda, ponto obrigatório de referência. A própria ênfase na ação em detrimento do pensamento político apregoada pelos "heróicos" guerrilheiros não é estranha a esse clima de eclipse da razão que todos compartilham. Sua derrota deixa marcas em toda parte (mesmo em seus críticos), gera um clima de desalento, impotência. A vida política parece ter se restringido a um mínimo vital, o da mera sobrevivência dos opositores. O vazio⁴.

Essa sensação de vazio, contrária à própria noção de política – campo onde há sempre o que fazer – vai ser determinante em mais de um sentido para moldar as primeiras ações feministas.

É neste ambiente de diluição da atividade política, de enterro de nossas esperanças e sob os acordes de "o sonho acabou", que começa a se reunir em 1972 um grupo de mulheres em São Paulo para conversar sobre sua condição.

Esse grupo chamou nossa atenção pela sua duração, pela sua capacidade de resistir ao desgaste; enquanto vários outros grupos desta natureza, de que se tem notícia no período, se formam e se desagregam meteoricamente, essas mulheres vão se encontrar quinzenalmente durante três anos, mantendo um núcleo central de presenças relativamente estável. Chama também a atenção porque apesar da solidez e continuidade de sua presença, sua existência costuma ser omitida nos relatos históricos do feminismo paulista⁵.

Um punhado de mulheres conversando... "começa assim como conversa de comadres" (Célia). Será que isso merece registro? Mas, afinal, não eram menos numerosas que as participantes de outros grupos de referência obrigatória.

Pensamos que seria interessante, para entender as características que assumiu o feminismo a partir de sua eclosão oficial no ano de 1975, examinar mais de perto o funcionamento deste grupo de feições desviantes quando comparado ao padrão que veio a se tornar predominante.

O grupo se constituiu em 1972 quando Célia e Walnice no regresso de viagens, respectivamente aos Estados Unidos e Europa, impressionadas com a pujança do movimento de mulheres no exterior, chamaram algumas pessoas para conversar "para entender melhor o que se estava passando".

"O grupo nasceu da Célia e da Walnice. Elas são as mães do grupo, não adianta elas falarem que não são, mas foram elas que convocaram" (Betty). A primeira reunião foi na casa da Walnice e o grupo passou a ser conhecido como o grupo da Walnice. Nós nos referiremos a ele como o grupo de 72, em atenção aos protestos da Walnice e as características mais ortodoxamente feministas do grupo – embora os primeiros grupos europeus, apesar de sua vocação igualitária, acabassem se tornando conhecidos sob o nome de alguém – e sobretudo para sublinhar o seu pioneirismo em São Paulo.

Era um grupo fechado que, no entanto, não coincidia com amizades pré-existente, embora fosse extraordinariamente homogêneo. Cada uma chamou as conhecidas que poderiam se interessar e algumas foram ficando, muitas não, algumas convidadas não se interessaram. Como não se consideravam missionárias em catequese,

não insistiram. Como diz Betty, respeitava-se "o momento de vida" das outras. Posteriormente o grupo absorveu outros, como o que Maria Malta Campos tentou organizar no seu regresso dos EUA com antigas colegas de trabalho.

Perfil: professoras universitárias com certo nome, filhos, psicanalizadas de esquerda. *Happy Few*, vanguarda, elite intelectual a quem, segundo Bourdieu, tudo é permitido, mas também facilmente desqualificável como de "preciosas ridículas".

As pessoas que compunham o grupo eram "em sua maior parte mulheres que já tinham carreira, todo mundo já estava com um encaminhamento profissional muito bem definido. Acho que eu era das poucas confusas" (Betty). "Tem algumas diferenças de idade, mas na época, as pessoas tinham entre 30 e 38 anos" (Célia). "Não era coisa para gente que não tivesse casado, não tivesse filho, não tivesse já uma carreira, não era" (Walnice). "Estava todo mundo com livro escrito, professor, doutor, não eram meras domésticas" (Betty), "todo mundo tinha feito psicanálise" (Walnice). Por outro lado, "não tinha nenhuma pessoa que fosse simplesmente profissional ou dona-de-casa que não tivesse uma militância política anterior. Todo mundo tinha passado político" (Célia).

Segundo os mais estritos cânones do modelo de grupo de reflexão, não havia nenhuma formalização de organização interna, as reuniões centravam-se em temas pré-escolhidos, mas não havia pauta, nem exposição preparada, nem lição de casa, discutia-se tudo: de Virginia Woolf e Anais Nin a doenças venéreas, embora tenham demorado um pouco para falar de sexualidade, segundo Betty. Havia o lado terapia sem guru, nem terapeuta, de terapia autogestionária para mulheres que no espaço competente eram analisadas por especialistas. Não esquecer que é a época do *boom* das terapias. Mas havia sobretudo uma qualidade no estar junto de que até hoje sentem falta: "nos olhavam com desconfiança, ninguém achava científico, sério, durante muitos anos feminismo não deu IBOPE nenhum. Nós não nos preocupávamos se era sério, era tão vital!" (Betty).

Era um grupo de intelectuais de esquerda, traumatizadas pela conjuntura, as *unhappy few* em busca de seu lado feminino, como diz Walnice: "a gente era mulher e não sabia", ou Betty, em sua escrita elegante: "As mulheres que não se conformaram ao padrão tradicional, que estudaram e trabalharam sempre, estiveram mais próximas de homens que de outras mulheres; e como ocorre com outras categorias de oprimidos sua consciência de si mesmas é muito contraditória. Vêm a mulher sob uma luz negativa; consideram-se exceção (...) No Brasil, para a

4 Todas falam desse vazio, duas com particular emoção, Walnice e Lara: "Aliás, acho que em 72, 73, não tinha mais nada, tinham matado todo mundo. Acabou... sobrou alguma coisa? Nada mesmo. Não gosto nem de lembrar, sinto um horror". Todo mundo não tinha morrido, comparativamente às ditaduras vizinhas mais sanguinolentas: morreu pouca gente, o que estava destruído era o universo próximo, de referência; os poucos que morreram, morreram perto.

5 Corroborando essa omissão, várias de nossas entrevistadas insistiram que o grupo não teve a importância que as entrevistadoras pareciam lhe conferir, esmiuçando tanto os detalhes de seu funcionamento.

minoridade privilegiada das mulheres com curso superior, a discriminação nunca pesou demais, durante muito tempo acreditaram que não era problema ser mulher" (1975).

Não eram militantes contestando o lugar das mulheres nas organizações, não eram donas-de-casa se debatendo com o "mal sem nome" ou valorizando o trabalho doméstico. Eram o que se costumava chamar nos anos 60 de mulher emancipada, que trabalha, milita e transa, eram homens de saias que se descobriam mulheres, remexendo no que Walnice chama de seus "resíduos de insatisfação". Por outro lado, a consciência de ser minoria privilegiada era também muito aguçada.

O extremo desconforto de ser opositora e elite minoritária, classe dominante, estar entre os 5% que detêm todo tipo de capitais, em regime autoritário onde "as desigualdades sociais se agravam e a miséria aumenta", numa conjuntura de impossibilidade de ação e ausência de propostas de participação política, termina por gerar um complexo e peculiar conjunto de facetas do grupo.

O vazio político fundamenta sua existência, é uma das suas razões de ser, um dos suportes do tripé de que fala Walnice: "a impossibilidade do exercício político, que todo mundo tinha tido antes, nos levou a procurar alguma coisa pra fazer que não fosse só individual, alguma coisa coletiva – a reflexão coletiva". Ser feminista não era desandar, era fazer alguma coisa, era pensar ao invés de experimentar outros limites, explorar formas de comunicação não verbal, atravessar portas da percepção, era ainda se propor a mudar o mundo coletivamente.

No entanto, essa reflexão era feita em casa, entre quatro paredes, não se propunha e não podia extravasar o âmbito do privado: "a gente nunca apareceu em público, o grupo era fechado, a militância política que estava impossível no Brasil tem muito a ver com o fato de se fazer um grupo feminista fechado dentro de casa, tipo cachorrinho em apartamento, não era pra gente sair, pro público nunca a gente foi" (Walnice). Uma atividade política esquizofrênica. Esta faceta está lindamente analisada em Goldberg (1982): "que significado podiam assumir aqui, naquela conjuntura de terror, questões tais como considerar político o cotidiano das mulheres e tornar públicos os atos comumente considerados como pertencentes ao âmbito privado, à esfera doméstica ou enfatizar a dominação de um sexo sobre outro, quando a politização do cotidiano era mais que transparente e pesada para todos os cidadãos, quando a própria ordem autoritária se encarregava de misturar o público e o privado, violando a intimidade dos indivíduos?"

O clima de medo é constantemente referido; além de interessadas as pessoas precisavam ser de confiança. É ilustrativo o episódio, referido por Maria Malta de Campos, da repórter a quem se dá uma entrevista e de quem se exige depois que traga as fitas gravadas para serem queimadas na frente do coletivo, exorcismo tão mais penoso quanto a repórter é também feminista, de esquerda, que tenta, talvez antes da hora, começar a acender o interesse da opinião. Um medo pervasivo, insistente, absurdo para quem olha de fora (ou de longe). O feminismo não parecia estar nas prioridades da agenda do aparato repressivo; em 1972 realiza-se um seminário no Rio, promovido pelo Conselho Nacional de Mulheres, animado por Romi Medeiros e patrocinado pela Bemfam, Coca-Cola e

etc.; os jornais dão fotos de primeira página. Mas o medo que está na pele destas pessoas é referido aos traumas que tinham experimentado enquanto opositoras do regime autoritário.

O terror impede a tentativa de pôr a cabeça para fora, caracterizando essa atividade, embora coletiva, como caseira, doméstica, privada, voltada para dentro, com todos os atributos do feminino, por mais que as pessoas tendam a pensar sua atividade como hibernal, hiato, preparação para a futura participação política com p maiúsculo.

No entanto, esse fechamento, essa privacidade, que protegem da polícia, ao mesmo tempo protegem dos amigos ou aliados: as críticas não chegam, ou chegam menos contundentes, não há debate, argumentação, discordância, não se é obrigado a ser político e fazer política, não se é obrigado a fazer rupturas, não se é obrigado a imaginar formas novas do agir político; quando muito, esse enfrentamento é postergado.

A autonomia é um dado, não uma conquista. As feministas do "interior" reproduziam, como suas companheiras no estrangeiro, os modelos alienígenos dos grupos de consciência, mas evitavam alguns dos dilemas que os grupos de brasileiras no exterior vieram a enfrentar, como o da afirmação da autonomia da luta das mulheres levando em alguns casos até mesmo à ruptura com seus grupos políticos de origem. Aqui não havia com quem romper, é uma conjuntura em que as amarras estão frouxas⁶. O vazio político tinha sua contrapartida, as feministas não eram obrigadas a viver dilaceradas pela constante tensão interna entre partidárias da ênfase na ação ou da ênfase na reflexão, não há espaço para ação, o espaço da ação é muito exíguo e suas consequências podem ser terríveis.

Já as exiladas podiam discutir sem medo de serem presas e escolher entre as muitas combinações possíveis entre a luta de classes e luta entre sexos, patrulhadas de perto pelos remanescentes das organizações de esquerda, suficientemente longe da convivência cotidiana com a miséria, até para delirar que as mulheres constituiriam a nova classe universal. As exiladas que se afligem com o dilema integração na terra de asilo ou referência principal à terra de origem têm, no entanto, condições de pensar em termos de cidadania, em termos de uma especificidade da cidadania feminina, enquanto para as brasileiras vivendo em seu país, como para os judeus sob o domínio prussiano, a questão da cidadania não se coloca.

Mapeando. É longe da polícia, embora perto da patrulha ideológica e em confronto com ela, mas longe da miséria e da fome, que tende a se desenvolver um feminismo radical de cunho libertário. É a convivência com a repressão, o controle ideológico relaxado em virtude do vazio político, a proximidade da iniquidade social que modelam um estilo de feminismo "bem comportado", de cunho marcadamente social. Essa polaridade recobre grosso modo o antagonismo que opôs em 1975, na Conferência Internacional da Mulher, no México, as mulheres do

6 A bem da verdade é preciso lembrar que as rupturas para valer e significativas em sua extensão, também no exterior, só se dão tarde nos anos 70, quando as diferentes correntes da esquerda brasileira vêm a se interessar pela questão da mulher.

terceiro mundo mais "políticas" e as feministas das nações desenvolvidas (os termos são de época)⁷.

A acusação de preocupações burguesas era fácil de responder quando partia de amigos, companheiros, maridos e amantes, no dizer de Célia: bastava remetê-los ao seu próprio estilo de vida, quando o espaço político da oposição parecia nulo; foi-se tornando cada vez mais difícil com o progressivo despertar da sociedade civil.

O grupo de 72 se dissolve em 1975 depois de algumas tentativas de ampliação e de atividades conjuntas com outros grupos mais politizados que começavam a se constituir e de alguns ensaios de abertura para o mundo; em 1975 alguém do grupo fala na comemoração do 8 de março no MASP e é organizada uma mesa na SBPC.

A mesa da SBPC tem por seu lado um caráter paradigmático do tipo de relação que essas mulheres, em sua maioria professoras universitárias, estabelecem entre sua reflexão feminista e sua atividade profissional. É exemplar também de aspectos do conflito que irá se armar na virada da década entre feministas e militantes, e do qual não restou traço na fala de nenhuma de nossas entrevistadas. É exemplar ainda de um estilo que nunca chegou a estar na moda entre as feministas brasileiras.

Em 1975, na SBPC realizada em Belo Horizonte, foram organizadas duas mesas sobre o tema mulher, no mesmo dia. Parece que houve uma tentativa de juntar as duas, foi mal sucedida; na verdade as duas sessões eram pensadas e transcorreram de modo muito diferente, embora, à primeira vista, a composição das duas se assemelhasse muito: professoras universitárias de igual posição e idade, que circulavam por ambientes próximos. No entanto, as diferenças de forma expressavam diferenças de conteúdo. De manhã não houve *papers*, as cadeiras estavam arrumadas em círculo, apagou-se a disposição física que acentua a diferença entre expositor e ouvinte (o que aliás viria a se tornar razoavelmente rotineiro em ambiente acadêmico) num gesto audacioso e de desafio. À tarde havia textos bem datilografados, distribuídos com antecedência, relativos a pesquisas em andamento tendo a mulher como objeto, *papers* que constatavam e denunciavam com provas empíricas a discriminação a que estava sujeita. Havia palco e platéia. A reunião da manhã era de feministas que também eram especialistas, a da tarde de especialistas que também eram feministas. As da manhã quiseram desafiar o estilo acadêmico convencional, inquietar. "Fiquei chocada, era muito doméstico, pareciam mulheres em casa conversando", relata uma professora de psicologia que assistiu ao evento. As da tarde procuraram provar, segundo todas as regras, a importância de sua questão, reafirmando sua identidade de especialistas competentes. Na abertura da manhã houve, segundo Maria Malta Campos – que pôde falar porque tinha fidelidades nos dois campos – uma alusão clara à distância que separava os grupos, qualquer coisa no gênero 'estamos reunidas mulheres profissionais que refletimos sobre nossa condição de mulher e queremos compartilhar de nossas reflexões, mas não fazemos do assunto profissão'.

Embutida nesta maneira de apresentar está uma concepção de separação de espaços, o da ciência e o da política, mas também a discreta sugestão que não é de bom tom fazer carreira às custas do movimento social, retomada por feministas em 1978 no Rio de Janeiro du-

rante o seminário "A mulher na força de trabalho na América Latina" e em outras situações menos formais.

Encontramos ainda de forma subjacente uma atitude de que, se não é de rejeição, também não é de simpatia pela constituição de um campo autônomo de estudos sobre mulher. O propósito explícito e as inclinações pessoais iam mais no sentido de incorporar as questões de gênero às diferentes disciplinas.

Sintomaticamente quase ninguém do grupo de 1972 terá sua vida profissional centrada nesta temática, nem mesmo Maria Malta Campos que, como pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, viria a conviver e participar num ativo coletivo de pesquisas sobre mulher. A única exceção é Martha Suplicy, que freqüentou o grupo num segundo momento. No entanto Betty Mindlin, cuja passagem pelo grupo reforçará sua radical mudança profissional, de economista para antropóloga, dará, por exemplo, um curso na Fundação Getúlio Vargas sobre mulher, entre 1976 e 1978. Maria Odila Silva Dias, além de sua própria livre-docência, procurará interessar seus alunos de pós-graduação na questão, conforme o relato de Lara que foi sua orientanda, e Walnice oferecerá em 1976 um curso de pós-graduação do qual resultará um artigo "Frequentação da donzela-guerreira" (1979) que por sua vez irá desembocar num livro.

Curiosamente também, embora um dos aspectos importantes que levaram essas mulheres a se reunirem nos idos de 72 tenha sido o da preparação para a futura ação política, praticamente nenhuma delas veio a se engajar nos grupos propiciados pela abertura de 1975, embora seu ardor feminista não tenha amainado.

PAZ, PÃO, POVO E LIBERDADE

A partir de 1975 e até mesmo sob a proteção da ONU começam a surgir em São Paulo grupos políticos de mulheres que vão dar a tônica ao movimento até 1980.

Lara e Maryse, hoje, já podem ser muito explícitas sobre o fato dos direitos da mulher terem sido apenas pretexto. As duas, e nisso são exemplares, só se tornaram feministas depois de largo tempo de militância em movimentos de mulheres.

Lara, que pertencia a uma corrente de esquerda que se propunha como radical, só ingressará no *Brasil Mulher* em 1977 enquanto Maryse é designada para se ocupar da questão em 1975. Lara pensa que o movimento de mulheres é uma boa oportunidade de retornar à militância interrompida pela prisão e pelo subsequente enclausuramento dentro de um grupo de amigos, "nós tínhamos um grupo fechadíssimo, de sobrevivência, que eram os ex-presos, porque nós tínhamos ficado muito tempo fora de circulação, tínhamos perdido todos os amigos de antes (morram ou foram para o exílio), os que ficaram eram poucos, já desde 1972 não existia mais nada de organizações políticas, portanto, meus melhores amigos eram sobretudo ex-presos e não pessoas que tinham militado co-

7 Uma cuidadosa análise deste conflito é encontrada em Campos (1979).

migo. Em 1976 praticamente não se fazia política ainda, apenas se comentava, a ditadura parecia que estava acabando, nenhuma ação organizada. O máximo de ação era realmente dar todo empenho para arrumar emprego para o cidadão que está saindo da prisão, todo empenho para mandar dinheiro para quem está no exílio". Nesse contexto a atividade das mulheres parece respeitável e promissora. "Se você pensar na anistia, no que foi a luta pela anistia, no papel fundamental que as mulheres desempenharam nesta história, então começa a aparecer um certo respeito porque na verdade o grupo das mulheres foi o primeiro que se organizou e pôs a cabeça para fora." Lara e seus companheiros respeitavam as mulheres que publicamente lutam por direitos civis, mas é a mesma Lara que em 1975 participa de reuniões de um grupo de reflexão, no apartamento de Raquel Moreno, em tudo e por tudo semelhante ao "grupo de 72": "acho que foi o grupo mais feminista de que participei em toda a minha militância (...) todo mundo ficava muito amigo, saía e tomava chope sem a menor proposta de trabalho em conjunto, à exceção de algumas participantes do movimento por creches na USP". Além de ter discutido a sério pela primeira vez em sua vida temas como o lesbianismo e ter tido contato com uma bibliografia, Lara concebe sua presença por três meses neste grupo como uma terapia de apoio para a difícil fase que estava passando em sua vida pessoal, ao ser obrigada a se assumir como mãe e dona de uma casa organizada; não concebe essa atividade como política, seus amigos do grupo "fechadíssimo" achavam uma verdadeira bobagem e indício dos mais concretos de que "ela não estava mesmo bem".

Já Maryse, muito mais cedo, em 1975, tem como tarefa organizar um grupo de mulheres. "O assistente olhou para mim e falou 'essa mulher tem pinta de se interessar por essa coisa'. (...) Naquela época a direção estava fora, você não tinha política para nada, tinha tudo rodado, rodado. Tinham todos dançado, você tinha gente fugindo da repressão (...) o negócio era finanças, tirar da cadeia, mandar para fora, esconder..." Maryse, que depois disso rompeu com sua organização, ainda se orgulha do tirocínio político que fez deste grupo o primeiro a sugerir que "a coisa mais concreta naquele momento era botar as cabeças na superfície e lutar pelas liberdades democráticas". A proposta era lutar pela democratização numa frente amplíssima que reunisse partidos, Igreja, sindicatos, associações e movimentos de bairro e a idéia foi comemorar o Ano Internacional da Mulher organizando um evento que reunisse todas aquelas entidades para discutir a situação da mulher. Desta idéia resultou o Encontro Diagnóstico da Mulher Paulista em 1975 e a criação do Centro da Mulher Brasileira de São Paulo. "Uma entidade de massa, forte, com hegemonia nossa." Um organismo partidário, cuja relação com o centro do mesmo nome no Rio de Janeiro se limitava a uma cópia dos estatutos.

A questão da mulher é suficientemente ampla, suficientemente em evidência e suficientemente legítima, para que os partidos de esquerda comecem a se interessar por ela. Começa a aparecer a oposição entre a luta pelos direitos da mulher e o desvio do feminismo, a controvérsia que vai durar anos entre femininas e feministas. Entre a boa e a má luta da mulher.

Mas os conflitos parecem ter-se restringido ao âmbito das diferentes categorias, grupos de mulheres *versus* grupos de mulheres mais femininos, menos femininos, pesquisadores *versus* pesquisadores, partidos de esquerda *versus* partidos de esquerda e não opor estas categorias umas às outras. Tudo se passa no campo da esquerda e da luta por liberdade. Embora se possa constatar a existência de uma componente do movimento de mulheres – confluência de vários movimentos e de grupos os mais díspares – com características próprias e com autonomia pelo menos relativa dos partidos de esquerda, embora as relações entre feministas e homens e mulheres de esquerda tenham sido tumultuadas e sofridas, essa inserção no campo da esquerda ou da oposição ao regime acaba por imprimir certas características ao movimento, prioridades, limites, a não serem ultrapassados, omissões propositais e estilos de atuação política. As características resultantes desta inserção no bom lado da História influenciaram por sua vez as relações das mulheres em movimentos com a academia. Não houve uma oposição radical por parte do movimento à academia, na medida em que aí predominavam modos de pensar caros à esquerda; o prestígio do marxismo, embora não incontestado, ainda era enorme. Atuando dentro de um mesmo campo intelectual, estabelecia-se tacitamente uma aliança tática, universidade e movimento de mulheres eram bastiões na luta contra o autoritarismo. Eram "diferentes frentes em luta", como diz Lara, com suas reivindicações específicas, com locais próprios para a sua manifestação. "A universidade naquele exato momento estava também engajada na luta mais geral. Ela dirigia todo seu esforço para essa luta, não vamos esquecer as SBPCs que eram um sucesso total de participação popular e de movimento contra a ditadura, totalmente politizadas (...) Naquela época na universidade não tinha lugar para o específico das mulheres." Não houve contestação radical da universidade como espaço do saber dominante uma vez que se devia confirmar a legitimidade dos modos de pensar críticos aí desenvolvidos.

A luta das mulheres se conforma a um modelo de movimento social, cuja característica essencial é, segundo Jacobi (1980), o questionamento da ação estatal na distribuição de equipamentos de consumo coletivo. A legitimidade inquestionável cedo alcançada pela luta por creches e, mais especificamente, por creches públicas e seu papel de traço de união entre as diferentes facções do movimento feminista são um exemplo claro dessa tendência⁸.

Anistia, luz, escolas e asfalto não foram palavras de ordem correntes nos movimentos de mulheres em sociedades de capitalismo maduro onde um mínimo de conforto social está assegurado. Lá os movimentos são sintomas de que "nem tudo está bem quando o bem-estar já está assegurado", não de carências básicas. Como tão bem

8 Sader (1987) aponta para desdobramentos muito sugestivos, em sua análise da politização do cotidiano, quando mostra como a noção de "privado é político" foi apropriada por grupos de mulheres da periferia paulista no início da década de 70, portanto, antes da veiculação do discurso feminista, e reinterpretada como "as agruras da vida privada são causadas por injustiças sociais".

analisa Offe (1983), "as preocupações dos novos movimentos sociais não se inclinam para aquilo que deve ser criado ou realizado através da utilização do poder de Estado, mas sim para tudo aquilo que deve ser salvo e defendido contra o Estado".

Alargar o espaço livre da tutela do Estado ou reivindicar o acesso a bens sociais são bandeiras que imprimem feições muito divergentes ao campo do político. É nesse deslocamento do sentido e conteúdo da participação política, determinado pelas diferenças de contexto social e conjuntura política, neste clima "de idéias fora do lugar", que incide a perplexidade de observadores estrangeiros ou estrangeirados. Causando rejeição aos mais ortodoxos, como Navarro (1979), ou encantamento aos mais flexíveis, como Schmink (1981), quando confrontados com a questão da reformulação da cidadania feminina num país de cidadania restrita ou, formulada à moda antiga, com a questão da viabilidade do feminismo nos trópicos.

A resposta à questão porém decepciona, fica a meio do caminho, hesita entre o é e o não é viável, ou entre o foi e não foi viável. Não se trata de uma questão formal de restabelecer a ortodoxia em matéria de denominação, mas de apontar o enorme fosso que separa diversos movimentos de rebeldia feminina, e de aceitar o desafio de procurar uma explicação convincente da natureza híbrida dessas manifestações de rebelião das mulheres brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMPOS, M. M. A mulher objeto... de estudo. *Almanaque*. (10):57-60, 1979.
- CARDOSO, R. C. L. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, B. & ALMEIDA, M. H. T. (org.) *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Brasiliense, 1983. p. 215-39.
- COSTA, A.; BARROSO, C. & SARTI, C. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto? *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, (54):5-15, ago. 1985.
- FARGE, A. Mouvements d'Histoire (à propos d'un colloque sur l'histoire des femmes). *Bulletin du CRIF*. Paris, (3):3-8, 1983.
- GALVÃO, W. Freqüentação da donzela guerreira. *Almanaque* (10):19-31, 1979.
- GOLDBERG, A. Espaces féminins et espaces féministes en Amérique Latine: quelques réflexions. *Cahiers des Amériques Latines*. Paris, (26):103-26, juil./déc., 1982a.
- _____. *Feminismo em regime autoritário: a experiência do movimento de mulheres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1982b. mimeo. [12º Congresso Internacional da IPSA.]
- _____. Femmes, recherches, féminismes au Brésil: un ordre des facteurs que altère le produit. *Bulletin du CRIF*. Paris, 1986.
- JACOBI, P. R. Movimentos sociais urbanos no Brasil. *BIB*. Rio de Janeiro, (9):22-30, 1980.
- MINDLIN, B. Em busca do feminismo. *Cadernos Opinião*. Rio de Janeiro, (1), 1975.
- NAVARRO, M. Research on Latin American women. *Signs*, 5(1), 1979.
- OFFE, C. A democracia partidária competitiva e o Welfare State Keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização. *Dados*. Rio de Janeiro, 26(1):29-51, 1983.
- ROWBOTHAM, S. *Além dos fragmentos: o feminismo e a construção do socialismo*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- SADER, E. Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas de trabalhadores da Grande São Paulo. São Paulo, 1987. Tese (dout.) FFLCH/USP.
- SCHMINK, M. Women in Brazilian "abertura" politics. *Signs*. 7(1):115-33, 1981.
-